Contrato de Nº: 005/2017
Inexigibilidade nº005/2017

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS E A EMPRESA LAYOUT INFORMÁTICA PROCESSAMENTO DE DADOS S/C LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS
CNPJ: 23.043.748/0001-77
Endereço: AV 07 DE SETEMBRO **Número:** 60
Bairro: CENTRO **CEP:** 60.000-000
Cidade: RUROPOLIS **UF:** PA
Responsável: LUCIANA LIMA MAIA **CPF:** 706.429.582-20

DADOS DO CONTRATADO

Contratado: LAYOUT INFORMÁTICA PROCESSAMENTO DE DADOS S/C LTDA
CNPJ: 73.807.711/0001-46
Endereço: RUA CALIXTO MACHADO 21 SL 148 **Número:**
Bairro: PIRES FAÇANHA **CEP:** 61.760-000
Cidade: EUSÉBIO **UF:** CE
Responsável: RAIMUNDA MENDES COSTA **CPF:** 649.054.034-72

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto o direito de cessão de uso por prazo determinado, oneroso, intransferível e não exclusivo de 01 (um) sistema de informática (SOFTWARES), FPL (SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO), GDO (CONTRA-CHEQUE ONLINE), TDP (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), composto de operações para processamento e confecção das folhas de pagamento, rotinas de departamento de pessoal e prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Municípios, de propriedade da CONTRATADA, bem como a prestação de serviços de manutenção, nos termos da SEGUNDA CLÁUSULA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A cessão de uso do sistema, ora ajustado, realizar-se-á através da implantação, manutenção do sistema, e da constante informação de novas alterações e implementações emergidas no decorrer da execução deste instrumento.

§1º: Será instalada apenas uma cópia do sistema e cadastrado apenas uma entidade usuária. Qualquer modificação do pactuado neste contrato deverá ser negociada entre as partes e através de termo aditivo que será parte integrante deste.

§2º: A CONTRATADA fornecerá os sistemas de informática com os programas na forma executável.

§3º: O objeto deste contrato não constitui transferência de propriedade dos softwares, os quais pertencem, com exclusividade a CONTRATADA, sendo vedado à CONTRATANTE vender, transferir, emprestar, ceder, alienar, reproduzir, copiar, gravar ou onerar de qualquer forma, no todo ou parte, os sistemas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO –

3.1 O presente contrato possui o valor global de R\$32.880,00 (trinta e dois mil, oitocentos e oitenta reais), a ser pago em 48 parcelas mensais no valor de R\$ 685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais), vencíveis **até o dia 10 do mês subsequente à prestação de serviço**. A parcela correspondente ao mês de janeiro/2017 será exigível até o dia 10 de fevereiro e assim sucessivamente.

3.2 O valor estipulado na cláusula anterior será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que venha refletir a variação da inflação do período, a partir do primeiro mês após a assinatura do presente contrato.

§1º A cessão de uso dos sistemas de informática, não constituirá transferência de propriedade dos softwares, os quais pertencem, com exclusividade a CONTRATADA, sendo vedado à CONTRATANTE vender, transferir, emprestar, ceder, alienar,

reproduzir, copiar, gravar ou onerar de qualquer forma, no todo ou em parte, os sistemas.

§2º O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito em uma das opções de Conta Corrente:

Banco do Brasil: AG:1369-2 C/C: 5210-8

Bradesco: AG 621-1 C/C: 1857-0

§3º Eventual inadimplência superior a 1(um) mês, dará total direito à CONTRATADA, de bloquear ou suspender o acesso ao sistema, independentemente de qualquer aviso ou notificação, por culpa da CONTRATANTE. Nesta hipótese, a CONTRATANTE isenta a CONTRATADA de qualquer responsabilidade civil, penal ou administrativa referente a eventuais dados funcionais que venham a ser perdidos.

§4º A CONTRATANTE se responsabiliza pelas despesas de hospedagem e alimentação quando os representantes da CONTRATADA se encontraram no município a serviço desta entidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 48 meses contados a partir da data de sua assinatura, em 09 de janeiro de 2017, até o dia 31 de dezembro de 2020, respeitado o que dispõe o art. 57, inc. IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE, indicará servidor para acompanhar a execução do contrato e notificará o CONTRATADO sobre as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, quando se fizer necessário, cabendo ao Contratado a sua imediata correção, sem prejuízo das sanções aplicáveis pelo CONTRATANTE.

Parágrafo único – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no edital, anexos e as normas da Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – realizar os serviços de manutenção dos sistemas objetos deste contrato;
- II – manter a CONTRATANTE informada de novas alterações e implementações nos sistemas de informática;
- III – corrigir inconformidades que, porventura, possam vir a ser detectados;
- IV – prover equipe de consultores preparados para tirar qualquer dúvida sobre o uso dos sistemas;

Parágrafo único – A CONTRATADA não será responsável por perdas e danos que a CONTRATANTE venha a causar pela má operacionalização dos sistemas ou por casos fortuitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- I – observar as condições discriminadas na cláusula segunda;
- II – realizar os pagamentos à contratada nas condições e datas previstas neste contrato;
- III – indicar pessoal para acompanhar a implantação dos sistemas de informática e posteriormente assumir a sua execução, ou seja, desempenhar as atividades de preparação e digitação dos dados necessários para alcançar os objetivos a que os sistemas se propõem;
- IV – manter cópia de segurança dos dados dos sistemas em disquetes ou outro meio magnético, através de procedimento denominado “**backup**”;

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

O inadimplemento, total ou parcial, de quaisquer cláusulas ou condições asseguradas neste instrumento de acordo judicial, pelos seus interessados legais, acarretará em sanções previstas na lei nº 8.666/93, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo.

Parágrafo único – O valor da multa corresponderá à gravidade da infração até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor, em cada caso.

CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93.

§1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I – por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do ar. 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos.

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei federal nº 8666/93, atualizada.

III – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.

§4º A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Contrato, no presente exercício correrão por conta da dotação própria do orçamento da CONTRATANTE, no **Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.0 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, em razão do que será emitida uma nota de empenho do tipo Global, e no exercício

seguinte, caso o contrato seja prorrogado, à conta da dotação orçamentária prevista para atender dispêndio da mesma natureza.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Rurópolis/PA, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, excluindo-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acertados as partes firmam o presente instrumento contratual, após lido e achado conforme, perante 02 (duas) testemunhas que, também o assinam, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

E por estarem as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, assinam-no na presença de duas testemunhas abaixo, em 2(duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Rurópolis/PA, 09 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE
LUCIANA LIMA MAIA
CPF: 706.429.592-00
Instituto de Previdência do Município de
Rurópolis

CONTRATANTE
RAIMUNDA MENDES COSTA
CPF: 649.054.034-72
Layout Informática Processamento de
Dados

Testemunha:

Testemunha: